

A formação de topônimos dos municípios paranaenses fundados nos séculos XVII, XVIII e XIX: a questão dos estratos lingüísticos

(The formation of toponyms from municipalities founded in the 17th, 18th and 19th century in the state of Parana: the linguistic stratum)

Márcia Zamariano

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

mazamariano@gmail.com

Abstract: This study aimed to analyze the original language of toponyms in order to verify the linguistic stratum(s) found in the designative process of geographic accidents in municipalities in the state of Parana founded in the 17th, 18th and 19th centuries. Research on this subject has shown that at the onset of Brazilian colonization, the predominant ethnical groups constituting the Brazilian population were the Portuguese (colonizers), the indigenous (native groups) and later, the Africans (brought by slavery). Research results have shown that there is a predominance of toponyms from Portuguese origin (75,17%); there is an expressive presence of Indian based names (19,35%) and very low incidence from African origins (0,66%).

Keywords: linguistic stratum; municipalities in Parana; Toponymy.

Resumo: Este estudo priorizou a análise da língua de origem dos topônimos, a fim de verificar o(s) estrato(s) lingüístico(s) presente(s) no processo designativo dos acidentes geográficos dos municípios paranaenses fundados nos séculos XVII, XVIII e XIX. Pesquisas sobre o assunto têm demonstrado que no início da colonização do Brasil os grupos étnicos predominantes na população brasileira eram os portugueses (colonizadores), os indígenas (grupos nativos) e, posteriormente, os africanos (trazidos com o tráfico negreiro). Os resultados da pesquisa mostraram que predominam topônimos de origem portuguesa (75,17%); há significativa presença de nomes de base indígena (19,35%) e pequena incidência de topônimos de origem africana (0,66%).

Palavras-chave: Estratos lingüísticos; municípios paranaenses; Toponímia.

Introdução

A Toponímia possui como eixo central de seus estudos o signo toponímico (nome próprio de lugar), que é o signo lingüístico na função de indicador ou identificador de um espaço (acidente) geográfico. Ela compõe junto com a Antroponímia (estudo dos nomes de pessoas) a Onomástica – ciência dos nomes próprios.

Desde os primeiros tempos alcançados pela memória humana, tornou-se prática tradicional a nomeação de lugares e, para concretizá-la, o homem, muitas vezes, inspirava-se na paisagem, no que via diante de si, na realidade visível, ou seja, no espaço circundante. Na paisagem os elementos se unem como um todo, indo muito além do real e do que é oferecido pelos fatos da natureza. A paisagem é uma demonstração física da ação do homem sobre a natureza e, por extensão, um depósito de memória.

Também se configura como forma espacial do presente, porém, testemunho de formas passadas.

Partimos do princípio de que o passado raramente desaparece sem deixar traços e que os topônimos perpetuam, no tempo e no espaço, elementos de “outros tempos”, como a nos lembrar que somos o único ser que constrói a própria história, de forma cumulativa e revisada.

Nessa perspectiva, Dick (1980a, p.60) destaca que “nome e nomeador pertencem a um só conjunto, são elementos da mesma origem, unidos pelo ato da nomeação”. Para a referida autora, o homem, no ato da nomeação de um lugar, busca motivação em aspectos naturais (a aparência do acidente geográfico) ou ainda nos sentimentos, ideologias de uma comunidade ou em estados psicológicos dos grupos que ocupam uma localidade.

Neste trabalho, discutimos a questão dos estratos lingüísticos presentes no processo designativo dos acidentes geográficos dos municípios paranaenses fundados nos séculos XVII, XVIII e XIX. Os dados foram obtidos por meio de consulta a cartas da Diretoria do Serviço Geográfico – Ministério da Guerra e da Fundação IBGE, fornecidas pela SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná), em escalas que variaram entre 1:100.000 e 1:50.000.

Trata-se de um recorte da dissertação intitulada *Toponímia paranaense do período histórico de 1648 a 1853*, apresentada ao programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina (ZAMARIANO, 2006).

2. Os estratos lingüísticos geradores dos topônimos dos municípios paranaenses fundados nos séculos XVII, XVIII e XIX.

Já se tornou lugar comum afirmar que a língua, por ser um sistema dinâmico, é passível de mutações e, sendo um patrimônio de toda uma comunidade lingüística, faculta a todos os membros dessa sociedade o direito de criatividade léxica, já que é o homem que atua nas transformações sociais.

As relações língua-cultura-sociedade estão refletidas na língua e, a partir de seu estudo, principalmente no nível lexical, podemos observar aspectos valorizados por determinado grupo e até as condições de vida impostas pelo meio físico. A língua se constitui como um componente de interação entre o indivíduo e a sociedade, um elemento cultural revelador da visão de mundo de cada comunidade. Consideramos que, para o real conhecimento da língua de um grupo humano, é preciso observar sua história, seus costumes e o ambiente em que vive.

Toda língua natural reflete a cosmovisão de seus falantes por meio de seu acervo lexical, o conjunto de palavras de uma língua natural, no qual estão projetadas as experiências vividas por determinado grupo sócio-lingüístico-cultural, uma vez que “qualquer sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades” (BIDERMAN, 2001, p. 179).

Dessa forma, a análise do acervo lexical de um grupo reflete o seu modo de ver a realidade e a forma como seus membros organizam o mundo que os rodeia, por exemplo, quando nomeiam pessoas e lugares.

Podemos acrescentar que a Toponímia é uma das disciplinas que integram a ciência lingüística por investigar o léxico toponímico, considerando-o expressão lingüístico-social que reflete aspectos culturais de um núcleo humano existente ou preexistente.

Por meio do levantamento, da classificação e da análise dos topônimos, é possível recuperar características sócio-histórico-culturais e/ou físico-geográficos que, possivelmente, motivaram o denominador no ato batismo de um determinado espaço geográfico. Além disso, possibilita identificar estratos lingüísticos de outros grupos étnicos.

No Brasil, por exemplo, o simples fato de terem existido, ao longo da história da ocupação do seu território, diversos tipos de contato social, contribui para a compreensão do caráter particular da nossa realidade lingüística. A própria origem social do colonizador e o sistema sócio-educacional desenvolvido, no território brasileiro, pelos jesuítas, foram, igualmente, fatores muito importantes para a caracterização da língua portuguesa no Brasil, em geral, ou do português de cada região, em particular.

De acordo com Bastos e Silva (1983, p.48), o colonizador lusitano, ao conquistar as terras brasileiras, impôs por meio da força (com sua organização militar) e por seu interesse pelas riquezas do Brasil, elementos de sua cultura, tais como religião, idioma, organização política e econômica.

O colonizador encontrou no novo território uma população indígena que, segundo Mendes (2005, p.75), somava em torno de quatro milhões de índios, e foi logo “dizimada por doenças adquiridas em contato com o branco”. Os que escaparam, ou se miscigenaram ou foram empurrados para o interior do País. A miscigenação “se deveu à natureza da colonização portuguesa: comercial e masculina”.

A partir da evolução territorial do Brasil, diversas transformações ocorreram na configuração do espaço geográfico da extensa porção territorial brasileira. A formação dos estados e municípios no País foi-se materializando à medida que as transformações políticas e econômicas iam-se concretizando.

A inviabilidade na implantação da colônia de povoamento no Brasil decorreu, também, do fato de que

em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte de seu território se achava ainda, em meados do século XVI, inculto e abandonado; faltavam braços por toda parte, e empregava-se em escala crescente mão-de-obra escrava [...]. Além disso, portugueses e espanhóis, particularmente estes últimos, encontram nas suas colônias indígenas que se puderam aproveitar como trabalhadores (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 30)

Para a formação dos municípios no Brasil, houve uma estrutura política administrativa montada desde o período colonial. O processo de ocupação das terras brasileiras foi estruturado a partir das sesmarias, constituídas de grandes extensões de terras doadas pela coroa portuguesa.

Silva (1997, p.01), por sua vez, argumenta que a organização dos espaços originados segundo a estrutura da dependência colonial, como é o caso do Brasil, está “calcada na exploração de recursos naturais e em objetivos geopolíticos, ambos

interdependentes”, já que, ao garantir a posse de territórios em disputa por vários países colonizadores, “garante-se também as condições de exploração de suas riquezas naturais”. Em termos de Brasil, Portugal preocupou-se em organizar o litoral no sentido de promover o escoamento das riquezas naturais, ao mesmo tempo em que lançou expedições de reconhecimento de outros espaços para tomar posse e aumentar sua área de exploração.

A crescente ocupação do território brasileiro durante o período colonial foi movida pelo aumento das atividades econômicas motivadas pelas necessidades e satisfação do mercado externo. Segundo Padis (1981, p.38),

essa economia “reflexa” deixa margem ao aparecimento de outras atividades econômicas-agropastoris e manufatureiras – cuja finalidade é, de uma parte, atender à parcela da procura interna não satisfeita por produtos importados e, de outra – e talvez a mais importante –, agir como que sustentáculo de atividade condutora da economia.

A organização do sistema produtivo colonial, normalmente em torno de um produto principal, provocava, de um lado, o fortalecimento econômico dos espaços produtores e, de outro, a organização de economias de sustentação nos espaços não potenciais para exploração do produto valorizado.

De acordo com Little (2002, p.04), se percorrermos rapidamente os diversos processos de expansão de fronteiras no Brasil colonial e imperial, perceberemos o seguinte quadro:

a colonização do litoral no século XVI, seguida por dois séculos das entradas ao interior pelos bandeirantes; a ocupação da Amazônia e a escravização dos índios nos séculos XVII e XVIII; o estabelecimento das plantations açucareiras e algodoeiras no Nordeste nos séculos XVII e XVIII baseadas no uso intensivo de escravos africanos; a expansão das fazendas de gado ao Sertão do Nordeste e Centro-Oeste e as frentes de mineração em Minas Gerais e no Centro-Oeste, ambas a partir do século XVIII; a expansão da cafeicultura no Sudeste nos séculos XVIII e XIX - podemos entender como cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques territoriais e como isto provocou novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas e dos escravos africanos.

O autor afirma também que, para um entendimento mais profundo desses processos, cada frente de expansão precisa ser contextualizada “com respeito ao momento histórico no qual acontece, à região geográfica que serve como seu palco principal, aos atores sociais presentes no processo, à tecnologia a sua disposição e às cosmografias que promovem” (LITTLE, 2002, p.04).

Historicamente, a ocupação do território paranaense é caracterizada por um povoamento, a partir do litoral, tendo como origem as diversas fases econômicas pelas quais percorreu (tropeirismo, madeira, mate e café), associada à segurança e à expansão da posse portuguesa na América Latina. Essas fases resultaram num processo de povoamento irregular, no qual parcelas do território foram sendo ocupadas segundo as motivações de exploração econômica do momento.

Os dados disponíveis para o conhecimento da população do Paraná, “nos séculos XVI, XVII e parte do século XVIII, como de resto para o Brasil, de modo geral, são escassos, fragmentários e pouco conhecidos”. Somente a partir da “segunda metade do século XVIII, as informações tornam-se mais abundantes, permitindo estudos

demográficos mais elaborados e resultados mais significativos” (BALHANA, 2003, p. 247).

Nesse sentido, a autora ressalta que, “no início do século XVIII, o ouvidor Raphael Pires Pardino, em carta datada de sete de junho de 1720, estimava a população do litoral paranaense em cerca de 2.000 pessoas, e a população do planalto curitibano, em 1.400 pessoas”. A população do litoral e do planalto somava, portanto, na “segunda década do século XVIII, 3.400 pessoas de confissão, ou seja, maiores de sete anos e livres, uma vez que não era considerada a população infantil e não são referidos os escravos” (BALHANA, 2003, p.247).

Particularmente com relação à população escrava, Balhana (2002, p.224) argumenta que:

esta representava 28,8% do total de habitantes atingidos pelo censo, porém, observa-se que na população de Paranaguá os escravos alcançaram proporções mais elevadas, ou seja, de 44,2% dos seus habitantes; não foram registrados escravos na povoação do Yapó, onde certamente os havia como se conhece através de outras fontes que os mencionam desde o início da ocupação dos Campos Gerais; não é feita no censo de 1772, nenhuma referência aos “administrados”, isto é, a índios que sob esta condição vivem junto aos colonizadores.

Ainda segundo Balhana (2002, p.230), “a distribuição da população paranaense, por grupos de cor, nos recenseamentos anteriores ao século XIX, não fornece indicações precisas nem para a população livre, nem para a população escrava”. E mais, a partir do século XIX, os recenseamentos embora “apresentando critérios imprecisos ou discordantes mencionam com regularidade declarações de cor da população recenseada”.

Na questão da etnia branca e do aspecto lingüístico, Saint-Hilaire em seus relatos de viagens, principalmente em sua “Viagem pela Comarca de Curitiba”, destaca que a população da região possui características que a diferenciam, da população de outros lugares do Brasil visitados pelo viajante. O autor registra: “em nenhuma outra parte do Brasil encontrei tantos homens genuinamente brancos quanto no distrito de Curitiba. Os habitantes da região pronunciam o português sem alterações [...] e que são sinais da mistura da raça caucásia com o indígena” (SAINT-HILAIRE, 1998, p.118).

Se os fatos anteriormente destacados justificam a predominância da língua portuguesa no Brasil e no Paraná, a partir da ocupação do território pelos portugueses, nada impede que, na busca da filiação do sistema toponímico brasileiro, o pesquisador possa tomar como parâmetros

os princípios geográficos e histórico-sociais do país, adotando-se, como ponto de partida, a microvisão proporcionada pelas áreas de culturas regionais [...] que condicionaram um determinado tipo de atividades materiais, em função de um momento histórico preciso, chega-se ao estabelecimento da correspondência entre o “nome” de lugar e a condição sociológica determinativa (DICK, 1990b, p.44).

Diante do exposto, parece-nos que pode ter havido um fenômeno similar com a toponímia brasileira/paranaense, pois, apesar do contato entre culturas e línguas diferentes, constamos superioridade de topônimos da língua portuguesa em todo Brasil.

Os fatos apresentados subsidiam a interpretação dos índices numéricos e percentuais expresso no quadro, a seguir:

Quadro 1. Distribuição numérica de topônimos dos municípios paranaenses fundados nos séculos XVII, XVIII e XIX, segundo a língua de origem¹

Estrato Lingüístico	Quantidade	Percentual
LP	1584	75,14%
LI	408	19,35%
LE	52	2,47%
LA	14	0,66%
LI + LP	13	0,62%
LE + LP	10	0,47%
LP + LI	8	0,38%
LP + LE	3	0,14%
LP + LA	1	0,05%
LE + LI	1	0,05%
LA + LP	1	0,05%
N/C	13	0,62%

Podemos verificar pelos dados apresentados no Quadro 1 que a língua de origem predominante no recorte toponímico aqui analisado é a portuguesa, com 1.584 ocorrências ou 75,14% do total de topônimos estudados.

Acreditamos que essa predominância possa ser explicada por fatores históricos, já que no início da povoação do Brasil, e no Paraná não foi diferente, havia três grupos étnicos predominantes: os indígenas (habitantes primitivos de todo o espaço brasileiro), os portugueses (colonizadores) e os africanos (trazidos durante o período do tráfico negreiro). São três culturas distintas, são três estratos lingüísticos mais recorrentes na toponímia brasileira e paranaense.

A respeito dessa questão, observa Dick (1990b, p.44) que a toponímia de origem portuguesa, ou brasileira propriamente dita, pela variedade de traços ambientais que revela, proporciona um significativo campo de estudos ao pesquisador, partindo-se dos “primitivos topônimos históricos” e considerando-se “as condições mesológicas”.

Historicamente, os acidentes geográficos (rios, morros, riachos, etc.) foram os primeiros a serem nomeados no início da conquista e ocupação do espaço brasileiro. Em princípio, a formação dos topônimos seguiu a tendência natural do processo de designação, sendo feita de acordo com os padrões vigentes na cultura lusitana, muito embora já se encontrasse aqui uma nomenclatura básica indígena. Desse modo, a

¹ LP: língua portuguesa; LI: língua indígena; LE: língua estrangeira; LA: língua africana; LI + LP: língua indígena + língua portuguesa; LE + LP: língua estrangeira + língua portuguesa; LP + LI: língua portuguesa + língua indígena; LP + LE: língua portuguesa + língua estrangeira; LP + LA: língua portuguesa + língua africana; LE + LI: língua estrangeira + língua indígena; LA + LP: língua africana + língua portuguesa; N/C: não classificados.

nomenclatura geográfica do território estruturou-se a partir de elementos humanos formadores da etnia brasileira, apresentando-se tão mestiça e heterogênea quanto o próprio povo.

Dos municípios paranaenses fundados nos séculos XVII, XVIII e XIX, podemos trazer à baila diversos topônimos de origem portuguesa resultantes da ligação do homem com seu território em um determinado momento histórico, seja pela importância da pecuária para os habitantes de uma região como, por exemplo, *Retiro* (morro, rio do), *Freio* (arroyo do); seja pela influência da fauna e flora - *Cigarra* (arroyo), *Gralhas* (ribeirão das), *Pessegueiro* (arroyo do), *Arrozal* (rio); seja pelos locais de trabalho como *Engenho Novo* (arroyo) e *Olaria* (ilha da).

Nota-se, pois, que o homem se organiza em seu universo ambiental e percebe as particularidades da realidade circundante, transferindo, ao topônimo de determinada área, a possibilidade de poder concretizar a descrição de algum fato ou ocorrência natural comportando, portanto, a descrição pura do ambiente em que se encerram ou do próprio acidente que nomeia.

São muitos os fatores que influenciam no ato do batismo de determinados espaços geográficos, e o signo lingüístico é transportado à condição de signo toponímico, tornando-se um nome próprio que retrata um espaço concreto, real e revestido das características que lhe são peculiares.

A partir das palavras de Moreira (1975, p.265), podemos entender, em parte, como se procedeu a atribuição de nomes aos acidentes geográficos paranaenses:

os primeiros exploradores dos sertões de Curitiba afugentaram os índios de região e, por isso, não tiveram quem os indicasse os nomes tupínicos dos acidentes geográficos e dos cursos d'água pelos quais passavam, nas incursões que empreendiam para caça do gentio, ou para encontrar o fascinante metal. Davam nomes portugueses às cousas com as quais deparavam, no sentido de as caracterizar. Aos córregos, rios e riachos chamavam-nos indiscriminadamente por “ribeiros”. Não foram designações que perdurassem. Valeram apenas como simples indicações deixadas nos velhos papéis de antigos cronistas.

Esses fatos históricos estão registrados nos topônimos constituindo-se em fonte de motivação, embora até o final do século XIX e início do século XX o estado do Paraná não estivesse totalmente urbanizado, permanecendo grande parte de seu território ainda desconhecida. Assim sendo, muitos dos acidentes geográficos, apesar de sua existência desde épocas remotas, não estavam nomeados oficialmente.

Em relação às línguas indígenas, a despeito de contemplarem um percentual de 19,17% – 408 topônimos, entendemos que esse número é significativo.

Nesse particular, é preciso considerar que a toponímia brasileira recebeu uma grande contribuição do tupi, língua geral indígena da costa brasileira. Conforme Dick (1990b, p.123), os tupis “caracterizam-se, por ser um grupo bem preciso em todo o litoral brasileiro, de norte a sul”, confirmando-se que eram, em sua maioria, nômades, pois as migrações desses povos, “iniciadas em tempos remotos, puseram-nos em contacto com outros grupos”. Isso contribuiu para que, por onde passavam, deixassem rastros de sua cultura e língua e também adquirissem aspectos culturais de outros povos indígenas.

Assim, não podemos ignorar a contribuição indígena, distribuída por todo o território e representada por termos que, na maioria das vezes, apresentam uma relação analógica entre o topônimo e algum fato do cotidiano indígena. Por isso, encontram-se tantos elementos da flora e da fauna com nomes originados da língua tupi. Ao tratar da influência do sistema léxico tupi na toponímia, Dick (1990b, p.122) destaca que ,

como reflexo de uma economia mista, deixou uma gama variada de contribuição lingüística ao português, que preservou, nos vocábulos fossilizados, as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios de experiência.

Já Ramos e Venâncio (2002, p.116) mencionam que a “multiplicação de topônimos” de base indígena não é estimulada tendo em vista as próprias tradições de seus usuários. Ilustram essa situação resgatando o pensamento de Nascentes (1958 apud RAMOS; VENÂNCIO, 2002, p.116) acerca da conduta dos indígenas frente à nomeação dos espaços geográficos: “em razão do nomadismo, os povos indígenas brasileiros não nomeavam as próprias aldeias, designando apenas os acidentes geográficos (rios, montanhas, etc.)”.

Encontramos, no período histórico estudado, diversos exemplos de vocábulos de origem indígena na toponímia. Exemplificando, citemos os topônimos relacionados à flora – *Cambará* (arroio), *Guabiroba* (rio) – e a sua abundância² – *Indaiatuba* (ribeirão); à fauna – *Araras* (rio das), *Cotia* (rio); a artefatos – *Moquém* (arroio), *Mundéu* (rio); à cor das águas – *Ipiranga* (rio), *Uberaba* (rio).

Aguilera (2002, p.38) argumenta (sobre itens lexicais de origem tupi no Paraná) que “a presença dos tupinismos na linguagem rural paranaense contemporâneo indica o grau de relações interpessoais entre o bandeirante, o minerador, o fazendeiro e os seus administrados nos séculos XVII e XVIII”. No Paraná dos séculos XVII, XVIII e XIX, encontramos diversos topônimos de origem tupi como os nomes de municípios – *Curitiba*, *Ipiranga*, *Ivaí*, *Guarapuava*, *Guaratuba*, *Guaraqueçaba*, *Jaguariaíva*, *Paranaguá*, *Piraquara* – e de rios e riachos *Iguaçu*, *Iapó*, *Tibagi*, *Atuba* e *Barigüi*, entre outros.

No que concerne às línguas africanas na toponímia dos municípios paranaenses fundados entre os séculos XVII, XVIII e XIX, verificamos que apenas 14 topônimos são de base africana, representando 0,66% do universo estudado e se constroem unicamente sobre as lexias *monjolo* e *caxambu*.

A presença do negro também data dos primeiros agrupamentos humanos estabelecidos no Paraná, conforme as inúmeras referências existentes, tanto nas atividades da mineração, como naquelas que se desenvolvem posteriormente.

Conforme relata Balhana (2003, p.249),

em 1674, Agostinho de Figueiredo, Capitão-mor e Governador da Capitania de São Vicente e Administrador Geral das minas da repartição do Sul, vindo à Paranaguá a fim de averiguar o descobrimento de minas de prata que se dizia existentes, refere-se ao

² Sampaio (1928, p.26; 223), ao tratar da natureza da língua tupi, informa ser recorrente nessa língua o emprego de sufixos que concorrem para a formação de inúmeros compostos, como: *tyba*, *reiya* e *rendaba*. Assim: *Indaiatuba*: *indayatuba* – corr. *indayá-tyba* - abundância de indaiás, o sítio das palmeiras indaiás.

Provedor das minas de Paranaguá, Manoel Lemos Conde, que o acompanhou na citada averiguação, com sua pessoa, filhos; e **negros** de seu serviço à sua custa” (grifo nosso).

Pouco mais tarde, em 1696, continua a autora, as autoridades eram informadas por Bernardino Freire de Andrade que os “homens moradores da Villa de Pernaguá e de Iguape, (sic) ficaram com algumas impossibilidades para poderem ir a descobrimentos de minas como costumavam, por causa que lhes morreram **os negros** de sarampo e bexigas” (BALHANA, 2003, p.249) (grifo nosso).

E não apenas no litoral, mas igualmente no planalto, aparecem os negros desde o começo da ocupação, trabalhando nos mais diferentes setores de produção. Cresce o seu número conforme crescem os recursos dos moradores, ampliando-se as fazendas, surgindo engenhos de mate, ou seja, desenvolvendo as suas atividades (BALHANA, 2003, p.249).

Conforme Leandro (1999, p.01), Paranaguá, Morretes, Antonina, Guaraqueçaba e Guaratuba – municípios fundados durante o período analisado – eram localidades que concentravam uma boa parte da população do Paraná quando da criação da Província, em 1853. Nas proximidades do mar viviam cerca de 20 mil habitantes que, na sua grande maioria, situavam-se na faixa etária entre 21 a 40 anos. O recorte social *versus* escravo, no litoral paranaense, era mais nítido na comarca de Paranaguá. As quatro outras vilas somavam 1.796 escravos. Paranaguá, por sua vez, possuía 1.274 escravos para uma população total estimada em 6.533 habitantes.

Historicamente, na região campeira, as fazendas estavam, principalmente, voltadas para a economia pecuária, envolvidas com o criatório e a invernagem do gado trazido do sul. Os trabalhadores se ocupavam de atividades diversas, como a moagem de trigo, a fabricação de laticínios, o artesanato de couro, a criação de pequenos rebanhos de ovelhas, cuja lã era destinada à confecção de cobertores e tecidos grosseiros. O trabalho nas fazendas era realizado pela família proprietária (quando esta ali residia), pelos agregados e, sobretudo, pelos escravos, força de trabalho que incluía negros, índios ou seus mestiços.

Alguns aspectos chamaram-nos a atenção, quanto à área de localização dos topônimos africanos, pois a região de maior concentração situa-se onde surgiram os municípios do movimento tropeiro: *Arapoti, Lapa, Castro, Palmeira, Tibagi, Guarapuava, São José dos Pinhais, Clevelândia*. Essa tese foi confirmada pela presença de topônimos africanos nessas localidades: *Monjolo* (córrego, ribeirão, arroio, rio), *Manjolo* (arroio), *Monjolinho* (serra do), *Caxambu* (água, rio) e *Caxambuzinho* (arroio). Segundo Dick (1976, p. 318), “áreas culturais podem sugerir a formação de áreas toponímicas, em virtude de maior concentração de nomes de uma mesma camada significativa, em sua região”.

A baixa incidência de designativos de origem africana deve-se, em parte, à condição do africano, que veio para o Brasil somente para o trabalho escravo, em uma posição de jugo e inferioridade. Conforme Dick (1990b, p.152), o próprio contingente vocabular legado ao português é pequeno, “cerca de trezentos termos mais ou menos, numa desproporção clara com o total de negros imigrados”.

Assim, embora tenha havido um contingente humano numeroso no Paraná, a cultura e a língua dos africanos ficaram relegadas a um segundo plano.

Considerações finais

Pelo exposto, pôde-se demonstrar que, em relação à língua de origem dos acidentes geográficos dos municípios paranaenses fundados entre os séculos XVII, XVIII e XIX, registrou-se a predominância de topônimos originados da língua portuguesa (75,17%); significativa presença do estrato tupi (19,35%) e pequena incidência de topônimos de origem africana (0,66%).

A investigação dos signos toponímicos (topônimos) pode desvelar aspectos da história da vida e da mentalidade dos grupos humanos de determinada época, visto que nos topônimos estão conservadas as tradições e costumes de um povo ou registradas as características topográficas locais mais sensíveis. “Nos mais diversos setores do conhecimento, as épocas distintas evidenciam, em qualquer porção do espaço, a presença atuante do homem, elaborando, participando, sentindo, expressando, comunicando, em suma” (DICK, 1990 a, p.30).

Destaca-se que, ao servir-se de sua capacidade lingüística para nomear os lugares, o homem estabelece, em primeiro lugar, uma relação consigo próprio, ao demonstrar conhecer a realidade circundante e utilizar seu conhecimento para designar um local; e, em segundo lugar, com seus interlocutores, pois, por meio do topônimo, transmite, com maior exatidão, o real significado que lhe atribuiu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALHANA, Altiva Pilatti. *Un Mazzolino de Fiori*. (Org.) Cecília Maria Westphalen. Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003. v. II . p. 247-250.

_____. *Un Mazzolino de Fiori*. (Org.) Cecília Maria Westphalen. Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2002. v. I. p.27-53; 221-233.

BASTOS, Pedro Ivo de Assis; SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil: Colônia, Império e República*. 2. ed.ver. ampl. São Paulo: Moderna, 1992.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria lingüística: teoria lexical e lingüística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990a.

_____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. 2ª. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH, 1990 b.

_____. A Litotoponímia no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiro*.,São Paulo, n. 26, p. 65-72,1986.

LEANDRO, José Augusto. Devastação e tráfico de madeira no litoral do Paraná Provincial. *Revista de História Regional*. v.4. n.2- inverno 1999.

MENDES, Ademar de Souza. *Acesso à terra no Brasil: uma análise histórico-política*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania). Universidade

Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI. 2005. Disponível em: www.unijui.tche.br/decon/ceema/mestradosdesenvolvimento. Acesso em: 20 abr. 2005.

MOREIRA, Júlio Estrela. *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá* (até a emancipação da Província do Paraná). 3v. Curitiba: Imprensa Oficial, 1975.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RAMOS, Jânia Martins, VENÂNCIO, Renato Pinto. Topônimos mineiros: uma fonte para a história social da língua portuguesa. In: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia e CALLOU, Dinah (orgs). *Para a história do português brasileiro – Notícias de corpora e outros estudos – v. IV*, p. 113-123. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, 2002.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na Geographia Nacional*. 3.ed.cor.e aum. Bahia: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artífices, 1928.

SILVA, Joseli Maria. Processos econômico-sociais regionais e seus impactos sobre a estrutura urbana de Guarapuava-Paraná. *Revista de História Regional*. v.2, n.1 – verão 1997. Disponível em: <[http:// www.rhr.uepg.br/v2n1/sumariov2n1.htm](http://www.rhr.uepg.br/v2n1/sumariov2n1.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2004.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pela Comarca de Curitiba*. Tradução de Cassiana Lacerda Carollo. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

ZAMARIANO, Márcia. *Toponímia paranaense do período histórico de 1648 a 1853*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

